

## O que significa hoje a independência?

Assinalou-se no passado primeiro de Dezembro o dia em que Portugal, depois de sessenta anos de domínio espanhol, recuperou a sua independência nacional.

Se é certo que uma parte da nobreza portuguesa foi o principal motor da Restauração de 1640, é igualmente verdade que outros sectores da sociedade, desde o alto clero até à população mais humilde, aderiram vivamente à revolução. Só um sentimento colectivo de plena consciência pátria permitiu que Portugal atravessasse 28 anos de uma guerra extenuante, que exigiu igualmente um enorme esforço político e diplomático para afirmar a nova dinastia no contexto internacional e através dela assegurar a autonomia definitiva do país.

Com a Restauração de 1640 emergiu a figura de D. João IV, duque de Bragança, em cuja ascendência se cruzavam dois outros grandes vultos da nossa História: o rei D. João I e o seu fiel condestável, D. Nuno Álvares Pereira – ou São Nuno de Santa Maria –, também eles heróis, duzentos e cinquenta anos antes, de um episódio igualmente decisivo para a afirmação da nossa independência: a Batalha de Aljubarrota.

Os anos de 1385 e de 1640 tiveram em comum a circunstância, historicamente rara, de à visão rasgada, à audácia e à disponibilidade dos líderes políticos e militares se aliar a vontade inquebrantável do povo em cumprir o seu desígnio colectivo. Os dois acontecimentos exigiram aos seus autores abnegação, pesados sacrifícios, decisões difíceis e muitas vezes contrárias à opinião dominante, e, acima de tudo, uma fé inabalável no futuro que se propunham construir.

Mas hoje – podemos perguntar – que sentido faz assinalarmos este dia da independência, quando vivemos numa Europa comunitária e num mundo profundamente globalizado? Quando sabemos não estarem em causa as fronteiras que fazem de Portugal o nosso país? Bom, talvez o dia da independência faça mais sentido do que nunca, por paradoxal que a resposta possa parecer à primeira vista.

A principal lição que podemos retirar dos dois episódios históricos radica, em meu entender, no exemplo de serviço e dedicação ao bem comum que nos legaram os nossos antepassados de 1385 e de 1640, características que hoje tantas vezes sentimos não existirem naqueles que governam o país; radica na capacidade e na coragem que esses líderes de outrora demonstraram quando agiram de olhos postos

nas gerações que lhes haviam de suceder, e não apenas em busca de resultados instantâneos que – como frequentemente acontece com os dirigentes do nosso tempo – visam ir ao encontro de conveniências pouco evidentes e que de colectivas pouco ou nada têm.

Assinalar nos tempos actuais o dia da independência significa, por isso, exigir dos governantes uma conduta focada no superior interesse nacional, capaz de recentrar o país num projecto de crescimento verdadeiramente mobilizador e integrador, assente em decisões livres, independentes e susceptíveis de restaurar a confiança dos portugueses no seu país.

Esta imposição cívica e democrática é no presente tão mais necessária quanto Portugal, conforme foi recentemente noticiado, ocupa em 2009 um nada reconfortante 35.<sup>o</sup> lugar no índice internacional de percepção da corrupção; há dez anos, o nosso país ocupava a 21.<sup>a</sup> posição, o que revela uma preocupante deterioração da transparência das decisões políticas e dos negócios que envolvem dinheiros públicos. As autarquias locais, infelizmente, não fogem a este cenário, tendo sido publicamente afirmado há algum tempo atrás que as mesmas representavam cerca de 40% dos casos de corrupção investigados em Portugal.

Alenquer não pode nem deve permanecer à margem deste problema. Espera-se por isso que a Câmara Municipal adopte rapidamente um plano de prevenção de riscos de corrupção e que se abstenha de participar em negócios, cujos contornos sejam passíveis de uma apreciação pouco clara. Na verdade, quando se ouve o vice-presidente da autarquia alenquerense, a respeito da construção de um estádio no Carregado, falar “de uma parceria que envolve a libertação de um amplo espaço de terreno que seria cedido à Câmara Municipal de Alenquer (...) em contrapartida, portanto, da promoção de um equipamento imobiliário (...) que o proprietário quererá ver implantado naquele local”, é impossível não vislumbrar de imediato esse triângulo obscuro que envolve futebol, empreiteiros e câmaras municipais. No final de contas, *à mulher de César não basta ser séria...*

João Bernardo Galvão Teles

Deputado da Assembleia Municipal de Alenquer  
Independente eleito pelo CDS/PP na CPNT  
[galvaoteles@pelanossaterra.net](mailto:galvaoteles@pelanossaterra.net)